

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.903, DE 2001.

“Acrescenta artigo à Lei nº 5.859, de 11 de 1972, que ‘dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências’, a fim de conceder estabilidade provisória para a empregada gestante.”

Autora: Deputada NAIR XAVIER LOBO

Relator: Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY

I - RELATÓRIO

Por meio da proposição em apreço a Nobre Signatária intenta assegurar estabilidade provisória à empregada doméstica gestante.

Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A medida merece o nosso apoio.

É uma incongruência que a empregada doméstica já tenha assegurado o direito à licença maternidade, mas ainda não tenha direito à proteção ao emprego (estabilidade provisória) que lhe assegure o direito de vir a usufruir da referida licença.

Em outras palavras, o que ocorre na prática é que a empregada doméstica, ao engravidar, acaba sofrendo a despedida obstativa: por mais que o ônus do salário percebido durante a licença maternidade seja da Previdência Social, muitas vezes não é conveniente para o empregador manter um contrato de trabalho (com a contagem de tempo de serviço, inclusive) sem a devida contraprestação de efetivo serviço. Já que o empregador terá que arcar com o ônus de outra contratação para substituir a empregada licenciada, acaba preferindo demiti-la logo no início da gestação. Desta feita, o fato de as trabalhadoras domésticas não ter direito à estabilidade provisória acaba nulificando o direito à licença maternidade, tão arduamente conquistado.

O Projeto, portanto, é meritório e de inteira justiça social. Percebemos, contudo, uma pequena falha, quiçá de digitação, na ementa do Projeto ao citar a data (de forma incompleta) da legislação sob alteração. No momento, todavia, vale apenas o registro, na certeza de que a questão não passará despercebida pela competente Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.903/2001.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2002.

Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY
Relator